

JORNALISMO E LITERATURA NO SÉCULO XIX PARAIBANO: UMA HISTÓRIA

Socorro de Fátima Pacifico Barbosa

I - ALGUMAS CARACTERÍSTICAS SOBRE A CIRCULAÇÃO DOS PERIÓDICOS NO SÉCULO XIX

Com o propósito de tornar visível as manifestações culturais e literárias, bem como o importante papel desempenhado pelos periódicos na circulação, divulgação e na formulação da cultura escrita e letrada da Paraíba, no século XIX¹, é que apresentamos esta antologia. Isso significa ir de encontro a uma série de anacronismos que já se cristalizaram quando referimos à imprensa paraibana daquele século. O primeiro deles é julgar, como quer José Leal, que a “condição de cidade satélite, gravitando na órbita do Recife, da qual temos diligenciado infrutíferamente nos libertar, impediu durante muitos anos que tivéssemos uma imprensa desenvolvida e vigorosa” (s/d, p. 21).

A julgar pela pobreza material, pelo alto grau de analfabetismo da população, a Paraíba teve sim uma imprensa da qual deve-se reconhecer a importância para melhor fazer uso dela na reconstituição de parte de sua história cotidiana e cultural.

O primeiro passo para melhor compreender as características da imprensa paraibana foi conhecer outros jornais da época, principalmente os do Rio de Janeiro, na tentativa de descobrir o que era um padrão de escrita jornalística, tal qual temos hoje, principalmente a escrita literária. Sobre esta, hoje já se sabe que foi forjada a partir da própria feitura e linguagem dos jornais e periódicos do século XIX (POBLETE, 2005, VILAR, 2006). Como resultado, afirmamos que é um equívoco não reconhecer as particularidades dos jornais paraibanos, e por isso tomá-los apenas como uma imitação servil dos da Corte ou do Sul. Como demonstram algumas pesquisas de todo o país, havia um padrão, um modelo de jornal, encontrado tanto em Mato Grosso (NADAF, 2002, RODRIGUES, 2005), como no Pará (SALES, 2006) ou no Rio Grande do Sul (HOHLFELDT, 2003, VAZ et al, 2005).

Depois, pode-se afirmar que, com relação aos periódicos do século XIX, não havia um centro, uma base irradiadora de notícias e matérias a serem copiadas. Em princípio, podemos observar que no século XIX nem mesmo havia um centro do qual irradiaria um

¹Sobre a história da imprensa na Paraíba, consultar: Eduardo Martins. *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1976; *A União: jornal e história da Paraíba*. João Pessoa, 1977; José Leal. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União, s/d; Fátima Araújo. *Paraíba: imprensa e vida*. Campina Grande, Grafset, 1986.

certo “saber”. As províncias mantinham intensas trocas que não tinham só a direção da Corte/Capital para o Norte e o resto do país. Era muito comum que as matérias fossem retiradas dos jornais, mesmo dos estrangeiros: notícias, folhetins, contos, ensaios e cartas circulavam em inúmeros jornais, numa “rede”, guardadas as devidas proporções, muito parecida com a que hoje vemos fazer circular muitos textos e notícias pela Internet. Temos exemplos variados desse processo em: *O Estado da Paraíba*, de 03 de novembro de 1892, que transcreve parte do editorial de *O Combate*, jornal de Pernambuco. O periódico literário e noticioso *O Sorriso* mantinha vários correspondentes: em Paris, Antônio de Oliveira Costa, no Rio de Janeiro, Antonio Machado da Silva Júnior e, no Rio Grande do Norte, Diomedes Quintiliano da Silva.

Em muitos casos constava a fonte de onde eram extraídos os textos, mas em geral omitia-se essa informação, mesmo porque era prática corriqueira não se colocar o nome do autor nos escritos. Outra atividade bastante comum era a da troca dos jornais entre as províncias e mesmo entre os jornais nela publicados. Havia colunas destinadas a noticiar o recebimento e as principais notícias de outros jornais, como é o caso do jornal *O Estado da Paraíba* de 20 de novembro de 1892. Nele, constava uma seção só para noticiar o recebimento dos jornais, como o exemplo a seguir: *Rio Grande do Norte, Estado do Amazonas, Humaytaense, Pacotilha do Maranhão, Legalista*, de Paranaíba, *A ordem*, de Sobral, *A Verdade*, de Fortaleza. Observe-se, neste simples exemplo, que as trocas não se faziam apenas entre as províncias, mas com várias cidades do interior. Muitas notícias e “matérias” – não se usava essa palavra à época – eram retiradas desses jornais. Um exemplo que ilustra muito bem essa capacidade de manter uma rede atualizada de comunicação observamos no jornal *Gazeta do Comércio* de 05 de outubro de 1895: o texto “Daudet em Londres” foi retirado do *Le Figaro*, que, por sua vez, retirara a notícia de um jornal inglês. Essa grande teia de distribuição de periódicos ampliava geometricamente essa rede de informação e de saber.

Assim temos que os jornais da Paraíba recebiam jornais de Paris, sobre os quais comentavam e teciam considerações. Os jornais do Rio Grande do Sul e do Pará também foram enviados à Paraíba, que eram lidos pelos redatores que, ao mesmo tempo em que faziam circular essa leitura, enviavam seus jornais a outros lugares e às capitais. Todo esse processo era feito através de navios que, se por um lado eram lentos, por outro, cobriam

esse país de costa a costa e mantinham rotas comerciais regulares com a Europa. Dessa forma, os jornais estavam longe de apresentar a monotonia considerada por José Leal e os leitores distantes de demonstrar “limitação de curiosidade e de conformação [...] com as pequenas migalhas que lhe propinavam os periodistas” (s/d, p. 23).

Outro fato que se estabeleceu, difundida tanto por historiadores como por historiadores literários, restringe os periódicos paraibanos a divulgadores de contendas políticas, instrumentos a serviço das classes dominantes e aos grupos políticos que estavam no poder. Compartilham dessa opinião tanto José Leal, como Horácio de Almeida (1978), para quem “os jornais da Paraíba, ao longo do período imperial, eram mais políticos que noticiosos. Paupérrimos de notícias. O maior espaço reservava-se para os editoriais maçudos ou artigos de colaboração, geralmente ataviados de metáforas e perífrases” (1978, p.199).

João Lélis, por sua vez, chama a atenção para o “pouco serviço” que os jornais prestaram à literatura, “excetuando-se ao que concerne ao jornalismo de combate”(s/d, 113). Essas observações de caráter genérico e sempre depreciativo sobre a imprensa paraibana do século XIX afastaram, durante muito tempo, alguns historiadores dessa fonte fundamental para a história da cultura e da literatura paraibanas. Para Gemy Cândido (1983, p.15), a ligação do escritor com o jornal não era de ordem cultural, mas ideológica, pois indicava sinal de dependência e de pouco valor estético, desautorizando os autores e, principalmente, suas produções:

As múltiplas atividades a que se entregavam os nossos escritores, com passagem obrigatório (sic) pelo jornalismo, caminho seguro e certo de êxito pessoal, não deixavam lugar para o exercício literário livre e autônomo. Por isso tais escritores, se assim os podemos chamar, excursionaram pela poesia, pela oratória, pelo teatro, pela história, pela filosofia, pela jurisprudência, pelo folclore, sem personalizar-se.

No entanto, é preciso afirmar que destacar a importância do jornalismo para a literatura paraibana não é uma novidade nos estudos literários e não estaria aí o mérito de qualquer pesquisa que tome os jornais como fonte para a construção de uma história paraibana. O crítico Hildeberto Barbosa Filho já ressaltou a vinculação entre “manifestações literárias locais” e a atividade jornalística, justificando-a como uma forma de superar as dificuldades do meio, constituindo-se “como verdadeiros documentos dos

diversos aspectos da vida paraibana, inclusive os aspectos culturais e artísticos” (2001, p. 54).

Portanto, se há alguma novidade nesta antologia que ora publicamos, esta é concernente ao lugar e à maneira como abordamos os periódicos do dezenove. O primeiro passo foi conceber o suporte jornal – e não apenas o livro – como fonte primária para o estudo da literatura e da cultura. Dessa forma, criticar os periódicos paraibanos pela exigüidade de notícias é desconhecer a função do jornal no século XIX, cujo compromisso era menos com a notícia do que com a “Ilustração”. Basta reparar as epígrafes de algumas folhas paraibanas do início do século, para comprovar tal assertiva. A do *Argos Paraibano*, de 1854, anunciava: "O progresso da inteligência é inevitável, havendo liberdade de falar, escrever e publicar o que se pensa" – frase do Marquês de Maricá. *O Eco Escolástico*, de 1877, tinha como epígrafe a seguinte frase de Shakespeare: “De Deus é maldição a ignorância, nas asas da instrução ao céu subimos”. Com esse mesmo caráter, temos a epígrafe da pequena folha, *O Popular*: "Roubem-nos todas as liberdades, deixem-nos a da imprensa, e nós conquistaremos as liberdades perdidas". Mais contundente, porém, é a citação do jornal *O Estudante*, de 1885: “O mais nobre prêmio da ciência é o prazer de esclarecer a ignorância”. Ainda está por se fazer uma pesquisa de fôlego sobre a imprensa paraibana que revele os modos como seus redatores a viam e a representavam.

Ao surgirem no Brasil, em 1808, os jornais se arvoraram de porta-vozes do Iluminismo, “difusores das chamadas Luzes”. Eles tinham como “missão suprir a falta de escolas, de livros através dos seus escritos jornalísticos” (LUSTOSA, 2003, p. 15). Dessa função é que se origina o conceito abrangente de literatura, o qual discutiremos em outra parte deste ensaio, presente em grande parte dos jornais paraibanos. O jornalista nesse contexto tinha a função de um educador, como ilustram alguns dos textos aqui publicados e relacionados sob o epíteto de literatura. Segundo Lustosa, até mesmo o formato de livro dos jornais do século XIX é fruto dessa concepção, bem como os densos e longos artigos.

O compromisso com a ilustração e a instrução pública, contudo, não se revelava apenas nas epígrafes, mas nos “editoriais”, na seleção das matérias extraídas de outros jornais, bem como na divulgação que essas pequenas folhas faziam de textos – selecionamos uns poucos como exemplo – referentes à história do Brasil, à história da

Paraíba, além daqueles relativos a aspectos da Geografia, das Ciências e da vida cultural, assuntos considerados durante quase todo o século como literário.

Um desses exemplos evidentes diz respeito aos subtítulos, que sempre integravam o “literário” e o “instrutivo”. O caráter “noticiador” com que alguns dos jornais se designavam revela que este era apenas uma das suas feições. Como pode ser verificado no catálogo anexo, era comum que jornais fossem “Político, literário e noticioso”, ou? “Político, literário e noticiador”, “Literário, recreativo e noticioso”, “Científico, literário e noticioso”. Isso, no entanto, não excluía, daqueles que não se diziam literários, a matéria literária, o romance-folhetim, a presença do conto, da poesia, do ensaio, etc. Ao contrário, em muitos desses que se denominavam literários não encontramos a “matéria” literária propriamente dita. Tal constatação, no entanto, não é uma peculiaridade, ou defeito dos periódicos paraibanos, mas uma concepção comum à época. Como exemplo, temos o jornal *O Globo*, onde Machado de Assis publicou o romance *A mão e a luva*, que era “Órgão da agência americana telegráfica, dedicado aos interesses do comércio, lavoura e indústria”.

Outro fato difundido pela historiografia é a de que, até o século XIX, a poesia gozou de maior prestígio do que a prosa nos periódicos paraibanos, sobretudo pela facilidade de divulgação no que diz respeito à forma concisa do poema ou do soneto que podia assim aparecer em um canto do jornal (BARBOSA, 2001)². Este modo de se acercar da vida literária da época não considera o que propõe Robert Darnton (1990, 132), quando afirma que “o historiador de hoje precisa trabalhar com uma concepção mais ampla de literatura, que leve em conta os homens e as mulheres que em todas as atividades tenham contato com as palavras”. Ao propor a circulação do literário apenas em livro, os historiadores apagam quase um século de vida cultural paraibana e suas práticas de fazer circular a leitura e a literatura, sob a acusação de que “as poucas obras que chegavam a ser publicadas [na Paraíba] não encontravam leitores nem podiam obter repercussão num meio acanhado e ignorante, onde os únicos que sabiam ler pertenciam à elite ou se dedicavam a profissões insignificantes” (CÂNDIDO, 1983, p. 15).

Observa-se na justificativa do historiador duas concepções que não levam em conta as condições de circulação da cultura letrada da época: uma diz respeito ao fato de supor

²BARBOSA FILHO, Hildeberto. *Arrecifes e lajedos. Breve itinerário da poesia na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001, p. 53. Quando o autor considera os modos orais de transmissão da poesia, ele considera também a literatura oral, entendida como modo próprio de fazer poético.

que os únicos impressos eram os livros; a outra, que existia apenas a leitura solitária ou individual e silenciosa. Principalmente, porque o modo de ler da época não estava restrito à leitura silenciosa e solitária e apenas à leitura de livros. Assim, ao tornar visíveis práticas de leitura do século XIX, ampliamos outras formas de circulação do literário, bastante favorecido pela circulação das folhas impressas, dos jornais e revistas naquele século³.

Hoje, sabemos que o fato de haver pouca publicação de livros na Paraíba – lugar-comum que também precisa de uma investigação mais aprofundada –, ou a opção de publicar livros fora do Brasil, pode ser explicado menos pelo atraso da província, como julgam alguns historiadores paraibanos, do que pelas condições de produção e circulação do livro brasileiro naquele século, o que incluía o preço do papel, a falta de legislação sobre os direitos autorais, a péssima remuneração dos escritores, como analisam Marisa Lajolo e Regina Zilberman (1999).

Considere-se que a abordagem aqui proposta, ao contrário da tradicional história da literatura paraibana, não tende a tomar a “obra” final – impressa em livro – como definitiva e a única digna de investigação, pois a despeito da importância dessa tradição de estudos, há contudo outras histórias que precisam ser contadas, de modo que, primeiro, favoreça o conhecimento daquelas práticas que não foram valorizadas e foram esquecidas pelos historiadores; depois, que desenhe com maior verossimilhança a “vida literária” de um tempo distante, bem diversa das que propõem os livros e manuais, porém mais próximas da “realidade” daquela época.

Ao contrário do Rio Grande do Sul, que já tem tradição nos estudos da história da literatura a partir dos jornais, os trabalhos sobre a imprensa na Paraíba raramente levam em consideração os jornais na construção de sua história da literatura. Na verdade, mesmo esses trabalhos pioneiros sobre a história da imprensa detêm-se na história dos jornais, dos títulos, dos jornalistas, sem considerar o papel fundamental que esse suporte teve como veículo fundamental da vida literária e cultural paraibana do século XIX⁴. Essa indiferença, contudo, muito provavelmente, foi motivada pelo pouco que se sabia com relação a esse suporte, pois, segundo Fátima Araújo (1986), só há registro de duas revistas “tipicamente

³ No ensaio “Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras”, apresento alguns exemplos sobre a circulação da leitura do jornal entre os paraibanos. Cf. www.cchla.ufpb.br/leituranapb/estudos

⁴ Mesmo assim, ainda falta muita pesquisa para reconstituir a história da imprensa paraibana do século XIX e preencher as lacunas existentes. Não existe, por exemplo, um dicionário de jornalistas. As raras informações que temos estão no *Dicionário literário da Paraíba*, que os registra porque também foram escritores.

literárias” no século XIX paraibano: *Alva* (1850); *Idéia*⁵ (1879). Atentando para o que afirmam alguns historiadores da literatura paraibana, podemos pensar que essa carência de estudos e de pesquisas também esteja relacionada à imagem bastante negativa que os historiadores dispensavam aos jornalistas/escritores da época. Gemy Cândido (1983, p.15) assim refere-se:

As múltiplas atividades a que se entregavam os nossos escritores, com passagem obrigatório (sic) pelo jornalismo, caminho seguro e certo de êxito pessoal, não deixavam lugar para o exercício literário livre e autônomo. [...]. O jornalismo ligeiro que a tudo abafava, era o único gênero das letras que prometia uma recompensa financeira imediata e um certo grau de distinção aos que exerciam.

Esse olhar sobre o papel do jornal na divulgação da literatura do século XIX vem de longa data. Na verdade, desde a década de 50 se registra essa mesma concepção nas palavras de João Lélis (s/d, p. 113), reconhecido o primeiro historiador da literatura paraibana:

Pela sua transitoriedade e caráter específico pouco serviço, realmente, esses jornais prestaram à literatura propriamente dita, excetuando-se o que concerne ao jornalismo de combate no seu caráter de manifestação da inteligência e dinâmica de alguns homens talentosos e, por último, como instrumento para exercitar aptidões em forçada vilegiatura.

Indo de encontro a essa tradição da história da literatura paraibana, elegemos o jornal e os folhetins do século XIX como fonte primária dessa história que ainda não foi contada. Em muitos aspectos, e principalmente em relação às publicações literárias, a imprensa paraibana apresenta as mesmas características da imprensa carioca, tanto no que se refere à linguagem ferina quanto à periodicidade. Também foi semelhante à forma como surgiam e desapareciam folhas e periódicos. Foram muitos os jornais que desapareceram com a mesma rapidez com que vieram à tona. Vendidos avulsos ou através de assinaturas, esses jornais utilizavam a estratégia de deixar nas casas o primeiro exemplar, com a nota explícita de que se não o devolvessem seriam cobradas as assinaturas. Como as assinaturas eram “empurradas” aos leitores, muito deles ficavam com os exemplares e não queriam

⁵ No ensaio *Alva e Idéia*: duas revistas e um passado para a vida literária paraibana do Século XIX, analiso alguns modos de produção das primeiras expressões em prosa de ficção paraibana. Cf: VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. In *Revista de História e Estudos Culturais*. V.3, Ano III, nº 4. www.revistafenix.pro.br

pagar. Os editores, por sua vez, não se incomodavam de cobrá-los na própria folha dos jornais.

Sobre o seu caráter virulento muito já se falou, razão pela qual não vamos analisar nem publicar esses textos, a não ser para ilustrar os modos – ou gêneros de discursos – utilizados para fazê-lo. É o caso, por exemplo, do uso político dos versos e dos dramas. Mesmo porque o interesse no caráter político dos jornais e sua utilização para brigas e desavenças pessoais praticamente apagaram a produção literária sobre os Oitocentos paraibano. Neste caso, verifica-se, com relação à cultura letrada e à literatura paraibana da época, a existência dos “silêncios” e esquecimentos produzidos pela historiografia, apontados pelas historiadoras Ariane Sá e Serioja Mariano (2003).

Desde já salientamos que o anonimato e o uso do pseudônimo não foi prerrogativa dos escritos políticos, mas um modo de escrever em periódicos, próprios à época. Vários textos, de gêneros diversos e não apenas de conteúdo político, foram publicados sem nome de autor, através das iniciais, símbolos ou sem qualquer identificação. Como exemplo, temos uma “Carta de F...da Paraíba ao seu compadre e amigo M...em Pernambuco”, publicada por *A Estrela*, em 09 de dezembro de 1860, em que descreve o seu amor por uma bela moça. Às vezes, o jornal inteiro não possui identificação de autoria, como é o caso da revista *Idéia*, de 1879⁶. O uso de pseudônimos e iniciais em poemas e textos de ordem amorosa prolonga-se até fins do século XIX, o que se justifica pelo fato de os autores não desejarem expor aquelas a quem se destinam os textos. Esse artifício também é utilizado pelas mulheres que publicaram nos jornais paraibanos e que não desejavam ter seu nome conhecido, a exemplo de N. que escreve a poesia “A ele”, no *Porvir* de 15 de outubro de 1883. Há o caso de Ceci e Peri, pseudônimos de dois autores de poemas publicados no jornal *O Paraibano*, de 08 e 10 de abril de 1884, sob os títulos de “Ventura ganha” e “Ventura perdida”, respectivamente. Além disso, infere-se em muitos deles a presença feminina escondida sob a máscara do pseudônimo e da inicial. Deixadas de lado por décadas, as mulheres aparecem nos jornais não apenas como consumidora de folhetins, mas uma produtora de vários gêneros textuais, sendo os mais comuns o amoroso – contos, poemas, prosas poéticas – e o religioso.

⁶ Sobre as revista *Alva e Idéia*, conferir artigo no qual discuto as particularidades das duas revistas.

Ademais, a utilização dos pseudônimos no século XIX se tornou um problema de ordem bibliográfica, haja vista que, mesmo com a decifração de muitos deles, alguns autores foram esquecidos pelo anonimato. Sacramento Blake (1970, p. IV), em 1895, na introdução do terceiro volume do seu dicionário reclama:

E no estudo penosíssimo, a que me tenho dado, que imensidade de trabalhos possuo de autores brasileiros, que não posso contemplar no meu livro, porque esses trabalhos são publicados sob o anônimo, ou são assinados por pseudônimos, ou somente pelos apelidos ou por um título de autor?

Mas se Sacramento Blake fez exaustivo levantamento desses pseudônimos, incluindo alguns jornalistas/escritores paraibanos, o mesmo não pode ser dito em relação à historiografia paraibana, uma vez que não dispomos de qualquer estudo que registre esses pseudônimos. Pior, muitos dos jornalistas não têm sequer seu nome relacionado em dicionários, manuais e obras da história paraibana daquele século, o que evidencia o fato de que “a historiografia paraibana produzida sobre o século XIX foi elaborada numa perspectiva basicamente política, feita nos moldes de uma história dita tradicional, baseada em datas, grandes feitos e homens” (SÁ E MARIANO: 2003, p. 13). Um dos motivos levantado pelas autoras está relacionado ao parentesco e à vinculação ideológica daqueles que escreveram essa história. Esta tradição só foi rompida a partir dos estudos acadêmicos, vinculados à universidade, quando a escrita da história deixa de ter compromisso com a “preservação da memória e da tradição” de certa elite dominante. Outro aspecto relacionado a essa tradição diz respeito ao silenciamento de certos temas como, por exemplo, o movimento de 1817 (Idem, 2003).

Na pressuposição de que a literatura “evoluiu” e de que quanto mais ela se aproximasse dos modos contemporâneos, ou modernistas, de escrever, melhor seria, muito se criticou a presença de certos tipos de produção poética bem como a contribuição que os leitores davam aos jornais, quer na coluna “A Pedidos”, eufemismo para muita matéria paga, quer nos textos que publicavam dentro do corpo do periódico, hoje impossíveis de ser identificados. Surpreendendo e contrariando uma visão contemporânea do que seja um jornal, nos periódicos do século XIX, a participação do leitor estava prevista na própria constituição da sua feitura e não apenas em uma coluna como temos atualmente (POBLETE, 2005, BARBOSA, 2006).

A literatura paraibana do século XIX não se constitui apenas de textos românticos, simbolistas, parnasianos, etc. É visível a permanência de alguns gêneros que foram abolidos das antologias literárias, como se eles não tivessem existido na época, quais sejam: as glosas, os acrósticos, as charadas, os anagramas e os logogrifos, as baladas e os necrológicos, além dos cromos, que se constituíam como gêneros legítimos e corriqueiros nos séculos XVII e XVIII. É o caso do cromo de B. Lopes publicado a seguir:

A casa daquela gente
É branca como um jasmim!
Tem nas vidraças da frente
Forros azuis de metim.
Quando sol tinge o poente,
Vai de bengala ao jardim
Um velhote impertinente,
De roupa clara de brim.
Enxota os pintos e clama
Contra quem pisa na grama;
Xinga as crianças – cruel!
Por encontrá-las adiante,
Pondo no lago ondulante
Embarcações de papel!

Esses gêneros, embora pouco freqüentes nas antologias e nas obras dos autores canônicos – principalmente por causa das modificações e da aplicação generalizada de poema a tudo que produziam –, devem ter permanecido por causa das agremiações, tanto as famosas e conhecidas Academias como as pequenas agremiações e grêmios literários. Analisar os motivos de sua longa duração e permanência em jornais brasileiros até o fim do século XIX é tarefa ainda por fazer. O Mote, por exemplo, foi um gênero bastante recorrente nos jornais brasileiros e não apenas nos da província, como o abaixo, publicado no jornal *Heliotropo*, de 24 de abril de 1861:

MOTE

Não sigas, Bela, os caprichos,
Que os mortais têm fabricado,
Segue as leis da Natureza,
Felicita um desgraçado

GLOSA

Bela Nise, o criador,
Que o mundo fez, e governa,
Que com providência eterna,
É, e foi, de tudo autor,
É, em quem devemos pôr
Os nossos desejos fixos;
Do gênio que estão prefixos;

Com a maior impiedade,
Em pegar esta verdade
Não sigas, Bela, os caprichos.
Dar a todos a entender
Por fábula, Céu e Inferno;
Que não há castigo eterno;
Que nem prêmio pode haver;
Que há só nascer e morrer
Sem lembrança de pecado,
Bem como bruto esfomeado;
(...) a perversa doutrina.

Os anagramas freqüentam os jornais paraibanos até a década de 90, como é o caso de “Trabalham pela pátria”, de A. C., publicado em *O Pelicano* em 15 de novembro, que no mesmo número traz o anagrama em louvor ao 15 de novembro, sem autor. Em 04 de dezembro de 1892, Eliseu César publica um acróstico em homenagem a Bernardina no *Estado da Paraíba*. As charadas podem ser encontradas, embora com menos intensidade, ainda em 1895, no *Artista* de 20 de outubro; e a *Gazeta dos artistas*, de 08 de julho de 1894, publica o cromo de L. Silva Rubens.

Contudo, a presença desses tipos de gênero poético – anagrama, charada, cromo e mote – não implica necessariamente um “atraso” ou anacronismo por parte dos jornalistas e colaboradores dos jornais paraibanos. Primeiro, porque a sua existência não era exclusiva da província paraibana, haja vista sua presença em jornais do Rio Grande do Sul (CUNHA, 2004). Segundo, a pesquisa que fizemos nos jornais cariocas detectou esse tipo de produção também nos jornais da capital. Essa presença só reforça o caráter heterogêneo e multidiscursivo do suporte jornal, que abrigava ao mesmo tempo vários usos, vários gêneros, autores anônimos e reconhecidos. Tomar o jornal como fonte para a história da literatura é trazer à tona essas práticas culturais e esse passado mais próximo do que foi no seu tempo. Ademais, ao contrário do que julgam alguns, a vida literária do século XIX, seja na Corte, seja nas mais recônditas províncias, teve no jornal o seu grande colaborador, divulgador e formulador e novos e velhos gêneros e discursos.

II - ALGUMAS NOTAS SOBRE A CRÍTICA LITERÁRIA

Pode-se dizer que a crítica literária nasce nos jornais paraibanos, primeiramente, a partir das notícias biográficas, depois motivada pela intensa troca de informação com os

outros jornais, sejam do Brasil ou do exterior, a partir das notícias sobre fatos literários diversos, tais como lançamento de livros, viagens de escritores, mortes, palestras, etc. Aos poucos, a crítica passou a ser uma atividade sistemática, nos moldes mais ou menos parecidos com os que conhecemos atualmente, a partir da década de 70. A partir inclusive da criação de algumas colunas, processo verificado através da análise diacrônica destas publicações. A princípio, os autores franceses eram o foco de interesse dos editores. Assim, ficamos sabendo, pelo *O Conservador* de 29 de setembro de 1875, que a França ergueria um monumento à memória de Teophile Gautier, e *O Despertador* refere-se à notícia de haver chegado ao sertão livro *O Guarani*, de José de Alencar. A respeito de Zola, ainda em 1891, saiu uma nota no *Estado da Paraíba*, sobre a publicação do livro *A guerra*, que iria escrever; aliás, de 1892 a 1895 foram publicadas várias transcrições, sem autoria, como é próprio desse gênero, “de jornais de Paris chegados recentemente” acerca da elaboração de seu livro *Nossa Senhora de Lourdes*, que iria se transformar no *Les trois Villes: Lourdes* (1894) *Roma* (1896) e *Paris* (1898).

Em 1892, o jornal *O Paraibano*, ao mesmo tempo em que publica uma entrevista na qual Émile Zola se refere ao projeto desse livro, faz a cobertura da sua visita a Lourdes e a Lisboa, nas quais busca material para compor o romance. Data de 26 de junho de 1892 a notícia da publicação de seu livro *La débâcle*, pelo *Estado da Paraíba*. O roteiro termina com a notícia de sua ida à Itália, dada ao público por outro jornal, *A Gazeta do Comércio*, de 27 de março de 1895, que deixa implícito o conhecimento do projeto do autor de *Germinal* pelos leitores do diário. Notícias sobre a viagem de Daudet à França foram transcritos de *O Figaro*, pela mesma gazeta, em 05 de outubro de 1895. Quando da morte de Victor Hugo, *A Esperança* publica uma crônica fúnebre. Também é notícia o suicídio de Antero de Quental.

Esta antologia publica a crítica sobre *Urânia*, romance de Camilo Flamarion, escrita por K. folhetinista, da *Gazeta de notícias*. A crítica antecipa a publicação do romance-folhetim que o jornal irá publicar em breve. Mais que isso, pois, se hoje Camilo Flamarion é desconhecidíssimo e nenhuma importância tem para a literatura brasileira, para K, sua prosa é mais bem elaborada do que a de Vitor Hugo, T. Gautier, Leconte de Lisle e outros reconhecidos pelo cânone. Menos do que atribuir juízos de valor, devemos reconhecer, nessa crítica, modos de ler e compreender os critérios de validação do literário na época.

Há, contudo, críticas acerca de livros de autores brasileiros, geralmente em forma de notícia. Um belo exemplo, aqui publicado, é o do texto anônimo, da *Gazeta de Notícias*, em homenagem aos 42 anos da morte de Álvares de Azevedo. Mereceram críticas dois livros de Raimundo Correia, *Versos e Versões*, em *O Independente* de 30 de julho de 1887, data em que também é comentado *O Livro em ondas* de Luis Murat, e *Aleluias*, cujo lançamento é noticiado pelo jornal *O Estado da Paraíba*, de 08 de janeiro de 1892. Todavia, na seção de crítica literária, basicamente todos os artigos não tinham nome de autor, independentemente de tratar-se de matéria local, nacional ou internacional. Podemos, inclusive, elencar alguns poucos críticos a partir dos sugestivos pseudônimos de P.O.P, Ferrabrás, A. C. e PUP⁷.

Era de responsabilidade de PUP a coluna “Kaleidoscópio” de crítica literária do jornal *O Estado da Paraíba*. Nesse sentido, a crítica literária, mesmo que precária, presente nesses jornais das províncias, pode dar pistas, não só dessa atividade propriamente dita, mas de como ela foi responsável pelo que circulou influenciando e formando o gosto dos leitores.

Algumas vezes, a notícia de lançamento de livros chega de segunda-mão. Numa dessas notas, retirada do *Jornal do Recife* e publicada na *Gazeta do Comércio* em 28 de setembro de 1895, tomamos conhecimento da existência da poetisa Maria Bezerra, sobre quem não há registro nas histórias da literatura paraibana, não fosse a pequena nota abaixo: “Notícia da publicação do livro de poesia Flores da Selva, da “distinta literata paraibana” d. Maria Bezerra. “Segundo dizem é trabalho primoroso, digno de ser apreciado e que encherá de orgulho os literatos paraibanos”.

O jornal *Gazeta da Paraíba* tinha uma coluna intitulada “Livros e ...”, sem indicação de autor, na qual podemos encontrar vários exemplares de crítica literária. Mais tarde, essa coluna passa a se chamar “Resenhas e notícias”, porém mantém o mesmo conteúdo da anterior. Embora avaliar e estudar todos esses textos não caiba nos limites deste trabalho, reconhecemos a sua importância e a urgente necessidade de resgatar esse aspecto da literatura paraibana do século XIX.

⁷ Sobre esses pseudônimos que muitas vezes podiam indicar as iniciais do nome do jornalista, como é o caso do personagem FLOC, Frederico Lourenço Couto, coincidentemente também crítico literário do jornal *O Globo*, do livro *Recordações do escrivo Isaias Caminha*, de Lima Barreto.

III - OS ROMANCES-FOLHETINS

A presença de romances-folhetins nos jornais foi referida de modos diversos, mas sempre de forma superficial pelos historiadores da imprensa paraibana. Eduardo Martins (1976) comenta a publicação do romance *O colar de aço*, de F. du Boisgobey, e a tradução que lhe fez o editor Cruz Cordeiro Júnior⁸. Horácio de Almeida, ao destacar a pobreza dos jornais paraibanos do período imperial, menciona a presença de “rodapés para folhetins ou fragmentos de romance”, em quase todas as folhas da época (1978, p. 199). João Lélis, por sua vez, identifica na presença dos romancistas brasileiros e estrangeiros a causa do atraso da “intelectualidade” paraibana que terá de viver da contribuição alheia:

Coelho Neto, os Azevedo e Alencar prestavam também contribuições vultosas para os nossos melhores debutantes da imprensa e da literatura em geral e não podemos deixar de frisar que essas influencias retardaram, de muito, uma evolução que somente depois se acentuou, quase de súbito, como que procurando, de um pulo, restaurar o tempo perdido...(1950, p. 124).

Na verdade, os textos literários encontram-se indistintamente em vários dos jornais, sejam eles comerciais, republicanos, ou conservadores, como é o caso da *Gazeta do Comércio*, d'*O Paraibano* e do *Estado da Paraíba*, só para citar alguns exemplos.

Assim, como tem sido observado em outros estados, esse jornais, principalmente os de grande circulação, se constituíram a grande fonte por onde circularam os romances-folhetins e folhetins estrangeiros, os contos dos escritores brasileiros, a crítica literária e a produção local. Sobre a inegável predominância do folhetim e do romance estrangeiros, principalmente os franceses, o que pode ser dito? Trata-se da demanda do leitor ou da escolha dos próprios jornalistas e proprietários?

O romance-folhetim esteve presente nos jornais paraibanos desde 1856, com o *Capitão Paulo*, de Alexandre Dumas, publicado no jornal *Época*, de 17 de setembro. Coincidentemente, este romance-folhetim foi também o primeiro publicado nos jornais brasileiros⁹, de 31 de outubro a 27 de novembro de 1838, no rodapé do *Jornal do Comércio*, inaugurando o gênero no Brasil. O último registro de folhetim do século XIX que encontramos é o romance de Coelho Neto, *Rajah de Pendjab*, no *O Comércio*,

⁸ Entre os vários romances folhetins traduzidos por Antonio da Cruz Cordeiro Júnior, como assinava, estão *A duquesa Claudia*, de René de Pont-Jest. Escreveu também *O prólogo da guerra ou O Voluntário da Pátria*, impresso em 1865.

⁹ Sua presença tem se revelado uma constante em jornais de todo o Brasil no século XIX. Do Rio Grande do Sul (Hohlfeldt; 2003) ao Pará (Sales; 2006), observa-se a presença do romance em folhetim.

publicado a partir de 10 de maio de 1900. Tal descoberta não significa que durante as primeiras duas décadas do século XX ainda não se achem registros. A julgar pela sua frequência e a permanência por mais de cinquenta anos nos jornais cariocas podemos concluir que essa era leitura apreciada pelos brasileiros (NADAF, 2002).

Embora falte aos jornais paraibanos os clássicos dos folhetins, que foram publicados nos jornais do Rio de Janeiro – não temos Eugène Sue, Paul de Kock, e o espanhol Henrique Perez Escrich, por exemplo, não faltam aos jornais paraibanos a presença significativa do romance em folhetim. A presença deste gênero, no entanto, não sugere “menor qualidade dos periódicos paraibanos”, mas uma evidente sintonia com o que estava ocorrendo em termos de lançamentos de livros e fatos da vida literária fora do país e o que era lido e apreciado na província. A permanência constante de escritores estrangeiros nas colunas dos jornais, aliada à publicação de seus textos – folhetins, contos e poesias – indicam a preferência e a leitura desse tipo de literatura pelos leitores paraibanos.

É preciso, no entanto, ressaltar a diferença entre o romance-folhetim¹⁰ e o folhetim, publicado sob este epíteto nesta edição.

O romance-folhetim, matéria que nos interessa neste momento, foi aquele publicado em “picadinhos”, uma invenção do editor francês Émile de Girardin, proprietário do jornal *La Press*, para aumentar os lucros do seu jornal e capturar a atenção do leitor. A chave do folhetim era o “continua amanhã”, ou simplesmente “continua”. Em princípio, o folhetim era uma técnica barata, uma vez que oferecia maior variedade de ensinamentos, e lucrativa, posto que capturava os seus leitores para continuar a leitura. Segundo Marlyse Meyer, o “termo genérico designando essencialmente o espaço na geografia do jornal e seu espírito” (1996, p. 59) que abrigava a crítica de teatro, a resenha de livro e as variedades, passa a publicar a ficção pela primeira vez com a novela picaresca espanhola, *Lazarillo de Tormes*. Daí para a invenção do folhetim-romance, um gênero novo de ficção, foi um passo que precisou da ajuda de nomes consagrados e experientes com o gênero. Embora Balzac tenha sido o primeiro a “tentar o modelo com *La vieille* em outubro de 1836”, foi o romance de Alexandre Dumas, *O Capitão Paulo*, que consagrou o romance-folhetim. Dumas, homem de teatro, deu ao novo gênero as características essenciais da técnica: “mergulha o leitor em

¹⁰Para o conhecimento aprofundado da história e das características do romance-folhetim e de sua repercussão em algumas províncias conferir os estudos realizados por Tinhorão (1994); Meyer (1996; 1998); Hohlfeldt (2003); Nadaf (2002) e Sales (2006).

media res, diálogos vivos, personagens tipificados e tem o senso do corte de capítulo” (Idem, p. 60). A publicação aumentou em 5 mil o número de assinaturas no período de três meses e desde essa data observa-se que “não se trata mais, para o romance-folhetim, de trazer ao jornal o prestígio da ficção em troca da força de penetração deste, mas, pelo contrário, é o romance que vai devorar seu veículo” (Idem, p. 61).

Marlyse Meyer em seu indispensável *Folhetim: uma história* divide em 3 fases o reinado do romance-folhetim. Em linhas gerais, a primeira fase distribui-se em duas vertentes: a do folhetim “histórico” e a do folhetim “realista”. Leia-se que, segundo a concepção da época, “realismo” deve ser entendido “como um real recriado a partir do concreto muito amplificado pela vigorosa imaginação que o transcreve” (1996, p.67). Considere-se também que ambas as vertentes utilizam habilmente “a maquinaria”: raptos, perseguições no escuro, tempestades no momento oportuno (ou inoportuno), narcóticos que permitem “abusar” das mulheres, maniqueísmo com a vitória dos bons sentimentos e da virtude apesar de nem sempre o romance-folhetim ter um *happy ending*; nisso acompanhando drama romântico e não o melodrama” (Idem, p. 71). O folhetim histórico ressuscitava o passado através de “espadachins e suas bravatas, ministros e rainhas”, fazendo muita vez o “papel da verdadeira história”. Alexandre Dumas inaugurou essa fase, mas o expoente foi Eugene Sue, com seu clássico *Os mistérios de Paris*. O nome de Sue, no entanto, não foi encontrado nos jornais paraibanos.

A segunda fase, considerada de romântica, tem Ponson du Terrail como representante máximo e o seu personagem Rocambole, como exemplo e sinônimo daquela “maquinaria” do gênero: o rocambolesco. O romance, inspirado pelas narrativas dos *fait divers*, ou seja, os relatos do cotidiano (MEYER, 1998, p. 95), vai se aproximar mais desse, com uma “temática variada” e de “uma dramaticidade escandalosa”. De Ponson du Terrail, a única referência que temos nos jornais paraibanos é um anúncio de livros usados do jornal, como o anúncio abaixo encontrado em *A Esperança* de 16 de fevereiro de 1877:

ROCAMBOLE

Daniel Eduardo de Figueredo vende as partes seguintes do grande romance denominado “Rocambole”. *Últimas proesas – Desaparição – Regresso – (As) Misérias de Londres – (As) Demolições de Paris*. A tratar com o subscrevente.

Com a morte do seu autor, morre também uma era do folhetim de ações extravagantes, fantásticas, dos mistérios e misérias e dos heróis inverossímeis com seus “modos de produção rocambolésca”, nas palavras de Marlyse Meyer. É por volta da década de 70 que tem início a terceira e última fase do romance-folhetim. Nesta, além dos ingredientes de sempre – “nascimentos misteriosos, e subseqüentes dramas de órfãos” (1998, p. 213) –, observa-se a presença das classes subalternas¹¹, leitora por excelência destas narrativas, além de um certo realismo. Os expoentes foram Émile de Richebourg e Xavier de Montépin. Também não há registros desses dois autores nos jornais paraibanos, mas dos representantes menores, como Georges Ohnet, Aléxis Bouvier e Jules Mary .

Em linhas gerais pode-se afirmar que a maioria esmagadora dos jornais paraibanos publicou romances-folhetins de autores franceses¹², entre os quais estão Mayne-Reid, Jules Mary, Robert Durval, René de Pont-Just, Amédée Achard, além de Émile Zola e o seu romance *A derrocada*. Na seção folhetim, ainda foram publicados *Os maias*, de Eça de Queiroz, como também *Vingança e Agulha no palheiro*, romances de Camilo Castelo Branco. Algumas peças também usam o espaço, como é o caso de *Bertha*, texto dramático de Guy de Maupassant e *A viúvinha das laranjeiras*, comédia em 3 atos de França Júnior. Na mesma seção, também encontramos uma balada, *O enxoval*, de Catule Mendes e *Serenata do Rio*, texto poético de Luis Guimarães Júnior.

Algumas narrativas inglesas apareceram também, mas não na seção Folhetim. O fato de terem sido publicadas em uma coluna de forma vertical, na página inicial do jornal, como é o caso de *O livro dos snobs*, W. M. Thackeray, pode sugerir simplesmente que não havia espaço para dois romances-folhetins no mesmo jornal ou, hipótese que precisaria de uma pesquisa mais aprofundada, de que havia uma distinção entre esses textos e o modo como os jornalistas o concebiam.

Sobre esses lugares diversos para a publicação das narrativas, temos que *A Viagem maravilhosa por mundos conhecidos e desconhecidos*, obra que reúne todas as narrativas de viagem, de Júlio Verne, foi publicada na chamada “Seção histórica” do jornal *A Paz*, de 13 de maio de 1898. Tal posicionamento dos textos no jornal revela maneiras de classificá-los

¹¹ Termo utilizado por Antonio Gramsci, que analisa os romances-folhetins e a sua relação com as camadas populares em *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

¹² Conferir a relação anexa dos romances publicados na seção Folhetim e em outras seções.

e a concepção que esses editores tinham acerca de determinados gêneros, matéria que também precisa ser investigada.

Seja pela falta de exemplares que os possam identificar, seja por questão de preferência, o certo é que até o momento encontramos indícios de dois romances-folhetins típicos publicados no *Diário da Paraíba*. Trata-se de *Próculo, o Itabaiano ou a bolsa do resgate* de 08 de julho de 1885 e *Amor e crime ou trinta anos de aventura*, de 01 de março de 1884, cuja autoria é de “Piapitinga”, pseudônimo de Júlio de Magalhães¹³. Segundo José Ramos Tinhorão (1994), Piapitinga foi o pseudônimo de Tito Antonio da França Amaral, a quem atribui um outro romance-folhetim, *O monge, o escravo e a natureza*, publicado no mesmo *Diário da Paraíba*, em 1885.

IV – OS FOLHETINS, VARIEDADES, MISCELÂNEAS

Em geral, o gênero preferido para os folhetinistas paraibanos é a crônica, sobre a qual trataremos a seguir e que constitui o número mais expressivo de textos aqui publicados. Algumas vezes é impossível recuperar o título dos textos, haja vista que se trata de conclusões, de partes que foram perdidas dos jornais. Todavia, pode-se reconhecer a crônica política, principalmente na crônica “A seca”, de Sumé, e na homenagem que ele faz à libertação dos escravos, ambas no jornal *O livro*, de 10 de abril e de 13 de maio. Políticas são também as de Eugenio Toscano, publicadas no jornal *O Paraibano*. Sobre o cotidiano são as outras que publicamos nesta antologia.

A presença de folhetins, contos e crônicas de autores paraibanos ou mesmo de outros gêneros, contudo, é mais constante nos jornais que podemos chamar de “menores”, pois os “grandes” jornais como *Diário da Paraíba*, *Gazeta do Comércio* mantêm o folhetim francês como determinante, o que sugere serem as outras publicações uma espécie de substituto temporário para qualquer imprevisto na tradução e na publicação dos romances-folhetins, bastante comuns no período.

¹³ Esse tipo de técnica e de construção da narrativa em capítulos, com todos os ingredientes rocambolescos dos romances-folhetins estão presentes nos romances *A noiva do soldado*, *Dor e prazer* e *O sócio*, publicados na primeira revista literária paraibana, *Alva, jornal literário*. Como era próprio da década de 50 daquele século, as narrativas, no entanto, eram curtas. Os mesmos artifícios e gêneros foram encontrados por Yasmin Nadaf no Mato Grosso, na *Imprensa de Cuiabá* (2002).

Diferentemente dos folhetins, a predominância dos contistas nos jornais paraibanos é de brasileiros. Pardal Mallet, em artigo de em artigo de 9 de maio de 1890¹⁴, denuncia que os “contos de Coelho Neto e Artur Azevedo são reproduzidos em dezenas de jornais de todo o Brasil sem que eles recebam um níquel por isso”. Ele tem razão, pois há pelo menos duas dezenas de contos do autor, seguidos do de Catule Mendes, Luis Guimarães Júnior, entre os preferidos. Entretanto, não faltam contos de Emile Zola, Alexandre Dumas, Leon Tolstói. A prosa poética é representada por J. J. de Abreu (Joaquim José de Abreu), bastante freqüente nos jornais paraibanos. O conto é de longe, pelo gosto que o leitor dispensava à narrativa de ficção e pela facilidade de ser publicado em qualquer das partes e seções do jornal, a presença mais expressiva da literatura nos jornais paraibanos.

A palavra folhetim, como observamos anteriormente, abriga pelo menos dois significados. Um que já vimos, e o outro que, segundo Marlyse Meyer, é “tudo que haverá de constituir a matéria e o modo da crônica à brasileira já é desde a sua origem, a vocação primeira desse espaço geográfico do jornal, deliberadamente frívolo [...]” (1998, p.113). De início, *le feuilleton* designa um lugar preciso do jornal: *o rez-de-chaussée* – rez do chão, rodapé, geralmente o da primeira página, cujo objetivo é o divertimento. Na Paraíba, os periódicos cultivaram as duas modalidades de folhetim. Esse outro, que se transformou na crônica, era o que Meyer considera como o espaço vale-tudo, pois abriga toda a sorte de modalidades de escrita. Dessa mixórdia que foi esse espaço, tiramos alguns exemplos que aqui publicamos para que o leitor contemporâneo possa ter uma idéia deste “gênero” de “coluna” daquela época. Mais uma vez deve-se registrar que esse hibridismo não foi uma característica “da péssima qualidade” do jornalismo paraibano, mas peculiar aos jornais da Corte e de outras províncias, tanto que Martins Pena o chamou muito apropriadamente de “sarrabulho lítero-jornalístico”.

O termo *fait divers*, ou *cronique*, filho do jornal, pode abrigar o fato ocorrido – a notícia – o fato ficcional, o fato político, a crítica literária, um assassinato, tudo isso se prestou ao recheio desse espaço designado por folhetim. Aos jornais paraibanos podemos aplicar o mesmo critério que Barbosa Lima Sobrinho (1960) e Marlyse Meyer (1998) aplicam aos jornais da Corte: esse espaço abrigou “matérias que já seriam crônicas, assunto

¹⁴Apud. BROCA, Brito.“O romance-folhetim no Brasil”. In *Românticos, pré-românticos e ultra-românticos.Vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Polis, 1979.

cotidiano, tom leve, irônico, familiar, muito diálogo intercalado [...]” (Meyer, 1998, p. 151). Nesse sentido, como espaço de experimentação e território livre da nossa “balbuciente cultura”, o jornal ajudou a dar voz a muitos escritores, como espaço de criação de experimentação.

Diante de tantos jornais, revistas e folhetins praticamente inexplorados, duas tarefas parecem urgente ao pesquisador. Primeiramente, já que se trata de resgatar – ou tirar do esquecimento – alguns textos, autores e gêneros desautorizados pelo cânone, a tarefa primordial consiste em organizar, datar, sistematizar tais textos, muitos dos quais não constam em livros ou antologias. Depois, mas não menos importante, é a tarefa de descobrir e tentar restaurar as condições de produção e a sua inserção no tempo de sua existência, nos modos de ler e de escrever daquela época. Pois, ao mesmo tempo em que vemos restituídos ao presente esses textos e suas condições de produção, compreendemos os motivos que fizeram com que os jornais e os periódicos fossem deixados de lado como documentos literários e históricos. E mais: que fossem tão injustamente qualificados.

Muito embora tenha tomado e utilizado jornais de quase todo o século XIX, a nossa preocupação não diz respeito ao fato de perceber ou dar conta de uma “evolução” do jornal e do jornalismo ou mesmo do “aprimoramento” da literatura, como supõe aqueles que crêem numa evolução da literatura brasileira. Nem mesmo diz respeito a uma concepção linear do fato histórico. Esse panorama que tracemos aqui, bastante pessoal, mas fundamentado pelas concepções de Robert Darnton (1990) e Roger Chartier (1999), tem como objetivo mostrar de forma mais verossímil, mas nem por isso mais correta ou mais verdadeira, as várias maneiras de ler, escrever e dizer o que era literário no século XIX.

Independentemente dos critérios de valoração estética, esses textos são parte do passado paraibano e revelam modos de dizer e de viver de uma época, sob determinadas circunstâncias políticas e sociais, que expressam com maior ou menor verossimilhança pontos de vistas, desejos, crenças e representações do real. Isso implica restituir ao mesmo tempo visões históricas sobre a mulher, sobre a cidade, sobre o poder – aí incluído ambos Império e República. O mais importante, contudo, é a reconstituição dessa imprensa e de tudo que representou para a época. Sem perder de vista o caráter político implícito no mais simples dos jornais e periódicos do século XIX, o nosso objetivo é restituir ao presente as práticas literárias e culturais.

No caso dos jornais paraibanos, pode-se afirmar que o circuito cultural era dinâmico, “cosmopolita” e bastante atualizado, tirando a Paraíba do lugar de ou dependente culturalmente de Pernambuco, como querem alguns historiadores, ou de independente e, portanto, imbuído de *paraibanidade*¹⁵.

Além de servir de fonte de pesquisa para historiadores da cultura, as crônicas, os folhetins e essa miscelânea, para usar um termo caro à época, de textos aqui publicados são material para o historiador da literatura que nem mesmo tinha idéia da produção literária paraibana, mas também do historiador da língua, que pode observar várias modificações nos termos do uso dos vocabulários, etc.

A opção pela prosa de ficção diz respeito ao fato de que pouco ou nada foi publicado dessas narrativas do passado. Tanto que se supunha não ter existido ou mesmo nem ter tido significação expressiva no século XIX paraibano.

Resolvemos ser o mais fiel possível às denominações daquele período. Chamamos de crônica aquilo que eles assim denominavam, bem como aquilo que não estava enquadrado em nenhuma das denominações usuais da época, ou seja, as colunas *Literatura*, *Variedade*, *Folhetim e Miscelânea*. Sobre o que se publicava nessas colunas, podemos utilizar as palavras de Marlyse Meyer, quando se refere aos textos precursores de nossa ficção, de nossa crônica (1998, p. 155):

Cães vadios, livres farejadores do cotidiano, batizados com outro nome vale-tudo: a crônica. Cães sem dono, também, pois são na maior parte anônimos ou assinados com iniciais. Envergonhados, quem sabe, de um escrito que não se enquadra propriamente num gênero, que é quase uma fala, coisa de casa, useira e vezeira, que é quase uma fala, coisa de cães, useira e vezeira, literatura de pé de chinelo.

Aqui, plagiando Marlyse Meyer quando trata de Martins Pena e França Júnior, afirmamos que chamar de literatura pé-de-chinelo a essas crônicas não é pejorativo. Os textos aqui publicados estão muito próximos dos assuntos e da linguagem que foram consagrados à crônica: o cotidiano, usos, costumes, festas, futricas e delícias.

Pode-se argumentar que as crônicas paraibanas não têm qualidade, mas permitem uma proximidade com o imaginário da época, as representações da cidade, da mulher, da

¹⁵ Conceito segundo o qual, os historiadores paraibanos construíam uma história a partir de fundamentos e características que reforçassem uma identidade paraibana. Neste caso, seus “textos aparecem sob a forma de sínteses históricas, abordagens de temáticas que consideravam importantes do ponto de vista de datas e biografias dos chamados “grandes homens paraibanos”, cuja história estaria dissociada da de Pernambuco (SÁ E MARIANO: 2003, p. 12).

educação. De forma comovente, vemos restituído o passado nos hábitos de lazer, dos banhos de mar, no cheiro da fritada de camarão.

O deslumbramento com os recursos gráficos revela-se no excesso de pontos e nas aspas. Eram muito comuns os erros tipográficos, e havia até alguns textos, como o de Pimpolho, folhetinista de *O Sorriso*, de 08 de maio de 1887, que gastavam algumas linhas para corrigir o folhetim anterior:

Leitores, como prometi, vou reparar as faltas e não desejo demora-vos neste terreno; portanto mão à obra. Na linha 14 sexta palavra, leia-se iam, em lugar de ia, como está; na 35, quinta palavra, anéis, e não arroz; na 70, sexta palavra – expirar e não expiar; na 109, segunda palavra, cancro, e não crânio; na 151, primeira palavra, compará-la e não acompanhá-la; na 160 sexta palavra – carmim – e não armine; na 164 [...]

A seção folhetim às vezes tinha um título que o especificava. Podia ser crônica semanal, crônica mensal, seção crítica ou um título fixo como ou nenhum título. O que caracterizava o folhetim – romance em folhetins – era o estratégico Folhetim d’*O Sorriso*, Folhetim d’*Jornal da Paraíba*, como aqueles que foram publicados nos jornais da capital.

Apesar de não se constituírem como “documentos históricos” no sentido literal e positivista do termo, esses textos valem pelo teor histórico que possuem, pelas representações que fazem acerca de alguns assuntos cotidianos, dos assuntos políticos. Sobre essa representação das camadas populares e os pobres da terra, temos o folhetim do jornal da *União Tipográfica*, Órgão de defesa da Classe Operária, como se denominava (01/01/1894):

Grupos de moços percorrem as ruas em uma cantinela horrível. Mais adiante em uma cãs de pasto, onde o picado na ordinária porcelana geme em convulsões, profetizando o seu mesquinho futuro, ouve-se o mudo som do violão.

Em plena rua, entregues ao desespero da polícia, vêem os ébrios a recitar o namoro a cavalo de Álvares de Azevedo e a Dalila, torna-se aborrecida porque vem tocada a assobios.

Aqui a grande orquestra da insipidez, ali, o som mavioso da flauta do contentamento.

A crônica foi em muitos momentos instrumento de crítica do cotidiano, dos governantes, dos costumes. Através da sátira, ela buscou a virtude e a retidão dos costumes e oferece à história um olhar sobre o cotidiano das cidades. São textos que não têm qualidade estética, do ponto de vista dos valores modernistas, mas dizem de uma forma de ler e de ver outros discursos e outros autores. Dizem de gosto, dizem de leituras e

“imitações” de leitura, como a de *Paulo e Virginia*, romance do século XVIII, sucesso absoluto no século XIX, que inspirou um conto da cidade de Areia em 1892. Dizem principalmente do cotidiano das práticas jornalísticas, literárias, da imagem e da representação da escrita e da leitura.

Neste sentido, o folhetim de Francisco Barroso, d’*A Comarca*, trata do papel do folhetinista e de sua postura. Com fina ironia, ele representa o estereótipo do folhetinista, cuja aparência solene e pomposa, demonstrada na maneira de vestir, traduz o conteúdo dos seus folhetins: à jactância do verbo, corresponde a do vestuário. Ao criticar a postura tradicional do folhetinista, o jovem aponta para outros assuntos de interesse dos seus leitores, “ou costumeira prosa”. Waldemar, o folhetinista do jornal *A Luta*, reclama da falta de assunto para encher o espaço correspondente ao folhetim, uma vez que “muito rara é a novidade” na Província. Direcionado para os estudantes, ou classe escolástica, seus previsíveis leitores, Waldemar utiliza o espaço do folhetim para criticar o fato de a Instrução Pública cobrar altas taxas para os exames gerais preparatórios.

Esse mesmo propósito tem o anônimo ***, que, em carta à mocidade, trata da ciência e da literatura. Além do reiterado empenho dos jornalistas da época em contribuir para a “educação da mocidade”, vemos explícitas neste folhetim duas práticas correntes aos periódicos da época; uma, a participação de anônimos no vale-tudo, e, outra, a escrita de cartas, práticas criticadas por Neterso, no folhetim de *A Esperança*.

Abre um periódico qualquer, a bamburro, como diria um jogador de bilhar, e verás que desde a primeira até a última página o que para logo nos atrai o olhar é a infinidade de cartas, cuja leitura nos deixa enlevados e como que um doce esquecimento de nós mesmo...

Cartas a Beltrão, cartas a Sancho, cartas a Martinho, etc. etc. Um nunca acabar. Esta mania, que denominarei cartomática à falta de um termo mais enérgico, tem assumido ultimamente as proporções de uma verdadeira epidemia e tem atacado sem piedade muitos espíritos sérios e refletidos.

Um dado interessante que revela o paradoxo desse suporte jornal e das possibilidades infinitas de seu espaço e linguagem é observado pelo folhetinista quando, ao criticar os usos epidêmicos do espaço do periódico, cria o neologismo “cartomática” para dar conta de uma prática surgida ali, no calor da hora por esse suporte múltiplo que foi a imprensa do século XIX.

Mas nem sempre o assunto do folhetim tem a seriedade e o compromisso com a “instrução”. O folhetim pode ser também um simples diálogo jocoso como o que Truly escreveu para *O Condor*, sobre as futilidades femininas. Muitas desses, no entanto, são datados, no sentido que John Gledson (2006) atribui aos contos de Machado de Assis. Feitos com apelidos e situações cotidianas, perdemos parte considerável de sua significação que ficou ali, no presente do seu dizer, na província paraibana, no século XIX.

Espantosa é a importância da Festa das Neves para a cidade. Vários são os folhetins cujo tema são os preparativos da festa. Sumé, no folhetim de *O Livro* de 10 de abril de 1890, lamenta que, por causa dos salários atrasados, os funcionários não poderão vestir-se adequadamente para as festividades.

Mas não há nada mais interessante e, do meu ponto de vista, comovente do que a minuciosa descrição que faz Garrancho, autor do folhetim de estréia de *O Brado Artístico*, principalmente pela riqueza de detalhes, dos instrumentos de escrita de que dispunham à época. Informações importantes, como a compra dos acessórios na loja de Manoel Henrique, livreiro que realmente existiu. Da roupa à comida, o folhetinista nos coloca a par do seu *habitus* escriturário, dos dilemas do jornalista e da sua vida precária.

Como tudo cabia no espaço do Folhetim, o seu conteúdo também podia ser um drama como é o caso de “Revolução no Parnaso”, peça tragicômica em 2 cenas, escrita por Mefistófeles, nome com o qual se revestia o folhetinista de *Gazeta da Paraíba* e da revista *Idéia*. Utilizando personagens da mitologia grega, o texto é um daqueles cujo sentido só será compreendido caso se consiga restituir os fatos que o geraram. Mesmo que não tenhamos essas informações, o drama dá pistas de como a alegoria foi utilizada nos jornais do século XIX. O fato está literalmente datado: 8 de outubro de 1889. A indicação – irônica evidentemente – de algumas pistas sobre o personagem é evidenciada na leitura que Apolo faz da revista *Novo Mundo*.

Para aqueles que vêem na metalinguagem um índice de modernidade, o folhetim “Sem rumo” da *Gazeta da Paraíba* é o típico exemplar, pois ao negar-se e ao dizer-se incapaz de escrever o texto, ele segue “discutindo” ao mesmo tempo em que elabora sim um folhetim para o amigo que o havia solicitado. Tal texto é também exemplo de vários aspectos da literatura paraibana do século XIX na medida em que nos traz a concepção então em voga do folhetim – esse escrito no pé de página, que não era o romance. Para o

redator, o gênero folhetim ocupou determinada época e se encontrava fora de uso naquele tempo em que lhe foi cobrado por Alcestes a escrita de um. Depois, vai revelando “o cânone” lido e apreciado por aqueles homens de letras. Entre eles, nomes que não entraram para o cânone da literatura nacional, tais como França Júnior e José do Patrocínio, lembrados como grandes folhetinistas, e Carlos de Laet. Para o autor de “Sem rumo”, o folhetim exigia qualidades de estilo. O escritor demonstra o conhecimento do folhetim, ou pelo menos de sua história – muito provavelmente através da leitura que fazia de outros folhetins seja nos jornais, seja em livros já então publicados. Outro fato merecedor de destaque é a visível influência que a literatura portuguesa tinha sobre os jovens escritores do tempo, principalmente pelo papel desempenhado por Eça de Queiroz e o indiscutível prestígio de Ramalho Urtigão.

Além disso, temos por exemplo uma visão bastante interessante a respeito de Alencar, cuja prosa é tomada como iconoclasta pelo “americanismo”. Revela também como era atual o universo de leitura dos homens de letras paraibanos. O autor cria até mesmo um neologismo “folhetinizavam”; em certa medida, a publicação dos autores citados pelo folhetim demonstra o gosto e a citação que ele faz dos grandes folhetinistas. Outro destaque é França Júnior, reconhecido como um daqueles que caíram “positivamente no favor público”, da mesma forma José do Patrocínio, “consumado panfletista”. A distinção entre o do folhetim de “costumes” e o folhetim político data dessa época.

Esta pesquisa não está concluída, mas espero que este trabalho contribua com novas investigações e, principalmente, para a disseminação de um novo olhar em relação à imprensa e à literatura paraibana do século XIX. A primeira delas diz respeito a deixar de lado as limitações e reducionismos das escolas literárias e dos estudos sobre a imprensa, que transformam os objetos do passado em “menores de idade”, exemplos de infância do presente” e sobre os quais julgamos poder “legislar tranqüilamente, com base em transferências imediatas de categorias atuais, ou em teleologias mais ou menos disfarçadas, que ao cabo são sempre naturalizações de uma mitologia determinista da história” (PÉCORA, 2005, p. 11). Em outras palavras, é urgente “levantar legibilidades verossímeis dos objetos antigos para ampliar o vocabulário crítico do presente”, bem como entender que o principal papel da história da literatura e da imprensa, podemos acrescentar, sua “principal questão hermenêutica é a de ajustar a interpretação dos textos à sua forma

histórica contingente”(Idem, 2005). Por isso, faltam-nos outras pesquisas que levantem e aprofundem essa participação feminina na literatura e no jornalismo paraibanos.

Contudo, esperamos contribuir para outros estudos, principalmente aqueles que tomem esses textos como fonte primária para pesquisas que levem em consideração as práticas literárias e culturais do passado paraibano.

Referências:

- ALMEIDA, Horacio de. *História da Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, 1978.
- ARAÚJO, Fátima. *Paraíba: imprensa e vida*. Campina Grande, Grafset, 1986.
- BARBOSA FILHO, Hildeberto. *Arrecifes e lajedos. Breve itinerário da poesia na Paraíba*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2001.
- BARBOSA, Socorro de Fátima P. *Literatura e periódicos no século XIX: perspectivas históricas e teóricas*. Porto Alegre: Nova Prova, 2007.
- _____.Leitores e livros nos jornais paraibanos: uma história de leituras. www.cchla.ufpb.br/leituranapb/estudos
- BLAKE, Sacramento. *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, v. 3, 1970.
- CÂNDIDO, Gemy, *História crítica da literatura paraibana*. João Pessoa: SEC, 1983.
- CUNHA, Jaqueline Rosa da. *Arauto das Letras (1882-1883): uma amostra da expressão literária da região sul riograndense*. Rio Grande: FURG, 2004. Dissertação de Mestrado.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros*. 2. ed. Brasília: Unb, 1999.
- DARNTON, Robert. *O beijo de Lamourette. Mídia, Cultura e Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- GLEDSON, John. *Depoimentos*. Disponível em: www.machadodeassis.org.br/2005/academia.html. Acesso em 30 de agosto de 2006.
- HOHLFELDT, Antonio. *Deus escreve direito por linhas tortas: o romance-folhetim dos jornais de Porto Alegre entre 1850 e 1900*. Porto Alegre: Edpucurs, 2003. (Coleção Memória das Letras, 12).
- GRAMSCI Antonio. *Literatura e vida nacional*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. *A formação da leitura no Brasil*. São Paulo: Ática, 1999.
- LEAL, José. *A imprensa na Paraíba*. João Pessoa: A União, s/d;

- LÉLIS, João. *Maiores e menores*. João Pessoa: Edigraf, 1950.
- LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- MARTINS, Eduardo *Primeiro jornal paraibano: apontamentos históricos*. João Pessoa: A União, 1976
- _____. *A União: jornal e história da Paraíba*. João Pessoa, 1977
- NADAF, Yasmin Jamil. *Rodapé das miscelâneas – o folhetim nos jornais de Mato Grosso (séculos XIX e XX)*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2002.
- PÉCORRA, Alcir. “Velhos textos, crítica viva”. In TIN, Emerson. (Org.) *Arte de escrever*. Campinas: Ed. Da UNICAMP, 2005.
- POBLETE, Juan (Org.) *Revista Iberoamericana*. v. LXXII, n. 214, Enero – Marzo 2006.
- RODRIGUES, Eni Neves. “Os romances nos periódicos mato-grossenses dos oitocentos”. Sentidos dos lugares. *X Encontro Regional da ABRALIC*. Instituto de Letras da UERJ. Rio de Janeiro, *Anais eletrônico*. 2005.
- SÁ, Ariane Norma de Menezes e MARIANO, Serioja. *Histórias da Paraíba. Autores e análises sobre o século XIX*. João Pessoa: Ed. da UFP, 2003.
- SALES, Germana Maria Araújo. “Ao pé da página. Circulação de leitura em jornais do século XIX”. In *X CONGRESSO INTERNACIONAL DA ABRALIC. Anais eletrônico*. 2006.
- SANTOS, Idelete Muzart Fonseca dos. *Dicionário literário da Paraíba*. João Pessoa: A União, 1994.
- VAZ, Artur Emilio Alarcón; BAUMGARTEN, Carlos Alexandre; CURY, Maria Zilda. (Orgs.). *Literatura em revista (e jornal): periódicos do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras UFMG; Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 2005.
- VILAR, Socorro de Fátima Pacífico. Alva e Idéia: duas revistas e um passado para a vida literária paraibana do Século XIX. In *Revista de História e Estudos Culturais*. V.3, Ano III, nº 4. www.revistafenix.pro.br.